

PROGRAMA DE EVENTO

**Título: CICLO DE DEBATES: DISCRIMINAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO – MÓDULO 3:
DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL | DISCRIMINAÇÃO POR IDENTIDADE DE GÊNERO:
TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE**

<p>DOCENTES/CURRÍCULOS RESUMIDOS</p>	<p>MINISTRANTES:</p> <p>* Maria Berenice Dias: Advogada especializada em Direito das Famílias e Sucessões e em Direito Homoafetivo. Desembargadora aposentada do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. Vice-Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM. Presidenta da Comissão da Diversidade Sexual e Gênero do Conselho Federal da OAB.</p> <p>* Saulo Macalós: Advogado formado pela UNISINOS em 1998. Exerceu paralelamente ao serviço público a advocacia, mormente na área dos Direitos das Famílias. Foi Assessor Parlamentar de Deputados na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Assessor Jurídico na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, Assessor Jurídico na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia Legislativa, Chefe de Gabinete do Ministério do Trabalho e Emprego no Rio Grande do Sul, Diretor do Centro Estadual da Fundacentro. Membro da Comissão da Diversidade Sexual da OAB/RS. Único homem membro da Ação da Mulher Trabalhista - AMT no Rio Grande do Sul.</p> <p>* Sofia Vilela de Moraes e Silva: Graduada em Administração, com habilitação em Comércio Exterior pela Faculdade de Alagoas (2005). Graduada em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (2007). Mestre em Direito pela Universidade Federal de Alagoas (2009). Doutora em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (2015). Procuradora do Trabalho lotada na PTM de Itabuna. Atualmente é vice-coordenadora Nacional da Coordigualdade do Ministério Público do Trabalho.</p>
	<p>DEPOENTES:</p> <p>* Peterson Rodrigues dos Santos: Comerciante, Fundador e Presidente da ONG <i>Elo Conversando Sobre Adoção</i>. Graduando em Serviço Social e um dos primeiros (talvez primeiro) homem no país a tirar licença-maternidade de 180 dias através do Programa Empresa Cidadã.</p> <p>* Ana Naiara Malavolta: servidora do TRT4 há 25 anos; Militante Lésbica Feminista e sempre atuei nas questões de gênero e Livre Orientação Sexual no âmbito da JT, através do SINTRAJUFE, em especial na busca de consolidação de direitos para LGBTs no Tribunal.</p> <p>* Luiza Coppeters: Professora de Filosofia, graduada pela Universidade de São Paulo (USP). Militante do movimento feminista e do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT), participa de discussões sobre gênero e feminismo, tanto nos espaços acadêmicos quanto nas periferias. Foi eleita pelo segmento de mulheres transexuais para o Conselho Municipal de Políticas LGBT da cidade de São Paulo.</p> <p>* Eric Seger de Camargo: Licenciado em Educação Física pela UFRGS. Bolsista do NUPSEX – Núcleo de Pesquisa em sexualidade e Relações de Gênero, da Psicologia Social da UFRGS, realizando pesquisa e extensão na área de Direitos Humanos, preconceito e discriminação contra diversidade sexual e identidade de gênero. Representante Sul do IBRAT – Instituto Brasileiro de Transmasculinidades.</p>
<p>DATA DE REALIZAÇÃO</p>	<p>14 de outubro de 2016 (sexta-feira)</p>
<p>HORÁRIO</p>	<p>9h às 12h30min e das 14h às 17h30min</p>
<p>PROGRAMAÇÃO</p>	<p>Módulo3 MANHÃ: 9h às 12h30min DISCRIMINAÇÃO POR ORIENTAÇÃO SEXUAL 9h: Entrevista com relato sobre situação discriminatória. Depoimentos: Peterson Rodrigues dos Santos, Comerciante, Presidente da ONG Elo - Conversando Sobre Adoção; Ana Naiara Malavolta, Servidora do TRT4, militante nas questões de gênero e Livre Orientação Sexual no âmbito da JT. 9h30min: Problematização, conscientização, direitos legais, discussões jurisprudenciais e formas de prevenção e de reparação. Docente: Maria Berenice Dias, Desembargadora do TJ-</p>

	<p>RS Aposentada; Saulo Macalós, Advogado, membro da Comissão da Diversidade Sexual da OAB/RS.</p> <p>TARDE: 14h às 17h30min</p> <p>DISCRIMINAÇÃO POR IDENTIDADE DE GÊNERO: TRAVESTILIDADE E TRANSEXUALIDADE</p> <p>14h: Entrevista com relato sobre situação discriminatória. Depoimentos: Luiza Coppieters, Professora, militante do movimento feminista e LGBT; Eric Seger de camargo, pesquisador do NUPSEX – Núcleo de Pesquisa em Sexualidade e Relações de Gênero, da Psicologia Social da UFRGS.</p> <p>14h30min: Problemática, conscientização, direitos legais, discussões jurisprudenciais e formas de prevenção e de reparação. Docente: Sofia Vilela de Moraes e Silva, Procuradora do Trabalho.</p>
CARGA-HORÁRIA	7 horas-aula por módulo
PÚBLICO-ALVO	Em ordem de preferência: A) Magistrados do TRT4; B) Servidores do TRT4, sem pré-requisitos de cargo ou função; C) Interessados no tema.
FORMATO:	Ciclo de Debates
MODALIDADE	Presencial
Nº VAGAS	150
LOCAL DE REALIZAÇÃO	Auditório Ruy Cirne Lima – Avenida Praia de Belas, 1432, prédio 3, 2º andar
EIXO TEMÁTICO CORRESPONDENTE	Fundamentos
PRINCIPAIS COMPETÊNCIA(S)/DIMENSÕES A SER(EM) DESENVOLVIDA(S) (RESOLUÇÃO ENAMAT Nº 18/2015)	<ul style="list-style-type: none"> • Efetivar a justiça social como valor nos casos concretos; • Atuar no espaço judiciário com responsabilidade social e sustentabilidade ambiental; • Inserir-se socialmente na comunidade do exercício jurisdicional; • Adotar postura crítica acerca de temas contemporâneos relevantes para a jurisdição. • Reconhecer os elementos do trabalho e da produção determinantes da natureza dos conflitos sociais contemporâneos. • Utilizar com eficiência os mecanismos sociojurídicos de proteção da dignidade na jurisdição laboral.
INSCRIÇÕES	<p>Até as 12h do dia 11/10 (terça-feira)</p> <p>MAGISTRADOS E SERVIDORES DO TRT4: link http://www.trt4.jus.br/portaltrt/cursosAdmin.html ou Portal VOX > Cursos > Informações e Inscrições</p> <p>PÚBLICO EXTERNO: no site da Escola Judicial do TRT4: www.trt4.jus.br/portal/portal/EscolaJudicial</p> <p>As inscrições são gratuitas. Vagas limitadas.</p>
MODELOS DE AVALIAÇÕES A SEREM UTILIZADOS E PRAZO PARA ENTREGA	<p>Avaliação de Reação</p> <p>Avaliação de Aprendizagem (Registros Reflexivos ou Síntese Multimídia ou Excerto de Decisão Comentado, a seguir descritos (*))</p> <p>O prazo para entrega das Avaliações estará definido no <i>link</i> disponibilizado por e-mail logo após o início do evento.</p>
CERTIFICAÇÃO	A certificação condiciona-se à frequência mínima exigida e à entrega da avaliação de aprendizagem, no prazo e na forma divulgados, em cada caso, pela Escola Judicial
OBSERVAÇÕES IMPORTANTES	Há previsão de pagamento de diárias aos servidores inscritos, quando devidas, e será realizado mediante verificação da lista de presenças.

INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE MAGISTRADOS E SERVIDORES

1. FREQUÊNCIA

Magistrados: a frequência dos magistrados deve ser integral, segundo registro assinado ou obtido eletronicamente. A ausência em atividade formativa presencial, contanto que justificada por escrito ao Diretor da Escola Judicial, no prazo de 3 (três) dias úteis a partir de sua ocorrência, e desde que não implique a extrapolação do limite de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária total da atividade, admite compensação por meio da realização de tarefa complementar, segundo modo e prazo definidos pelo Diretor da Escola Judicial.

Servidores: a frequência de servidores deve ser de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária da atividade, segundo registro assinado ou obtido eletronicamente.

2. (*) AVALIAÇÃO

Para aferir o aproveitamento das atividades formativas, requisito para sua certificação, a Escola Judicial poderá se valer de variados tipos de instrumentos de avaliação, dentre os quais a síntese multimídia ou o excerto de decisão comentado, dando preferência, entretanto, para os registros reflexivos (para atividades de curta duração) e para as questões discursivas (para os minicursos)

a) Registros Reflexivos: Consistem em anotações sobre as aprendizagens mais significativas adquiridas na aula, no sentir de cada aluno, e a articulação dos estudos com a atuação profissional. Os registros devem ser respondidos tempestivamente a partir de *link* disponibilizado por *e-mail* logo após o início do evento. Sugere-se que sejam elaborados em editor de texto, salvos em arquivo próprio e, posteriormente, copiados para a plataforma *Moodle* para envio.

b) Síntese Multimídia: Em substituição aos Registros Reflexivos ou às Questões Discursivas, flexibilizando a forma de evidenciar o aprendizado, será permitida a entrega de uma síntese multimídia. O aluno poderá apresentar a síntese de sua aprendizagem por diversos tipos de mídias, como, por exemplo, áudio, mapa conceitual, apresentação ou vídeo. A síntese multimídia, em qualquer caso, deverá ser elaborada pelo aluno e revelar-se capaz de demonstrar seu aprendizado, englobando os principais conceitos identificados em aula, a partir da exposição da temática, dos debates e de consulta a materiais correspondentes ao curso. Os arquivos serão aceitos nos formatos pdf, jpg, tif, mp3, mp4, wmv, wma, wav. Deverão observar, ainda, as seguintes limitações: (a) arquivos de, no máximo, 10Mb; (b) audiovisuais entre 5 e 7 minutos de duração. Deverá ser enviada, tempestivamente, a partir de *link* disponibilizado por *e-mail* logo após o início do evento.

c) Excerto de Decisão Comentado: Poderá ser enviado trecho de decisão judicial, já publicada, com comentários, a fim de substituir os Registros Reflexivos ou as Questões Discursivas, seguindo-se na linha de flexibilizar o formato da avaliação. Essa forma de avaliação consiste na análise de um trecho de qualquer decisão judicial, discorrendo sobre a forma como foram aplicados no excerto selecionado os conhecimentos adquiridos em aula. O aluno deverá anexar seu texto, em formato PDF, contendo as seguintes informações: (a) dados do processo (número do processo, data de publicação da decisão e nome do magistrado julgador); (b) excerto da decisão a ser comentado e (c) comentários entre 1000 e 1200 caracteres. Deverá ser enviado, tempestivamente, a partir de *link* disponibilizado por *e-mail* logo após o início do evento.

Consulte mais informações sobre Avaliação de Aprendizagem em:

<http://www.trt4.jus.br/portal/portal/EscolaJudicial/eventos/Avaliacao/MenuEscolaPortletWindow?action=2>

3. MEDIATECA

A Escola Judicial disponibiliza, em sua EJ Virtual - acessada com *login* e senha de rede - uma *Midiateca*, que correspondente ao acervo dos vídeos produzidos a partir da filmagem das ações formativas presenciais que promove. Por meio da *Midiateca*, tendo presente a regra do art. 20, §2º, do Ato Regulamentar 03/2016 da Direção da Escola Judicial, os magistrados podem assistir determinada atividade formativa e, depois, enviar o correspondente instrumento de avaliação para a Escola Judicial, no intuito de aproveitá-la ao cumprimento de até 25% da carga horária de formação inicial ou 50% da carga horária de formação continuada. Servidores podem acessar a *Midiateca* livremente, mas não contabilizam as atividades formativas filmadas para fins de adicional de qualificação.

4. AVERBAÇÃO DE CURSOS EXTERNOS AO SIFMT

Os magistrados, mediante requerimento, podem averbar, na Secretaria da Escola Judicial, os certificados de conclusão, com frequência mínima de 75%, de cursos externos ao Sistema Integrado de Formação de Magistrados do Trabalho – SIFMT. Dessa averbação poderá sobrevir o aproveitamento de até 8h semestrais de formação continuada, contanto que, a critério da Escola Judicial, exista compatibilidade entre o conteúdo do curso e a tabela de competências profissionais expedida pela Enamat (Resolução Enamat 18/2015). A averbação de cursos realizados no âmbito do SIFMT não sofre a limitação de 8h semestrais. O requerimento de averbação pode ser enviado por malote ou pelo e-mail cursosei@trt4.jus.br. Servidores podem averbar cursos externos ao Tribunal junto à Secretaria da Gestão de Pessoas. Os cursos internos prescindem dessa averbação, sendo considerados automaticamente.

5. CARGA HORÁRIA MÍNIMA SEMESTRAL

Os Magistrados do Trabalho deverão frequentar atividades de formação pelo período mínimo de 30 horas-aula semestrais, se vitalícios, e 40 horas-aula semestrais, se vitaliciandos. (Resolução Enamat 09/2011)